



Sessão de 25 de novembro 2019

ATA N.º 6/2019

-----A Assembleia Municipal de Sertã, reuniu no respetivo salão, em Sessão Ordinária, nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia, no dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezanove pelas dezassete horas, presidida por Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelos secretários Luis Martins Ribeiro e Raquel Sofia Dias Horta Antunes.-----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, Maria de Lourdes P. Matos, Hélder Graça Ferreira, Victor Manuel do Carmo Cavalheiro, António José Lopes Simões, Luis Martins Ribeiro, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Daniel Filipe Nunes Luís, António Antunes Xavier, Raquel Sofia Dias Horta Antunes, Jorge Manuel Farinha Nunes, Ana Margarida Cardoso Alves, Ana Lucia Nunes Costa, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, José Joaquim Nunes Mendes, Vera Lúcia Ruivo Dias, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Carlos Mateus Marques Lopes, Maria Filomena Nabais Cerdeira Bernardo, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, Amadeu Antunes Fernandes, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e Maria Gracinda Lourenço Marçal.- -----

Pediram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite os deputados municipais: -----

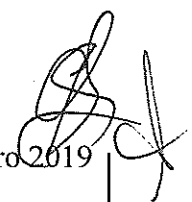
José Pedro Leitão Ferreira (PS) por um dia tendo sido substituído por Maria de Lourdes P. Matos, Susana Margarida Farinha André (PSD) por um dia tendo sido substituída por Hélder Graça Ferreira, Márcia Filipa Caldeira Nunes (PSD) por um dia tendo sido substituída por Ana Lucia Nunes Costa.-----

Faltaram os deputados: Manuel Francisco Antunes Dias (PS); Maria do Céu Cardoso Dias (PS); João Carlos Silva Almeida (PSD) que justificaram a sua falta.

-----1 - PERÍODO DE “ANTES DE A ORDEM DO DIA”.-----

-----1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal. -----

-----Presidente da Assembleia: Cumprimentou todos os presentes. Declarou haver quórum e abriu a sessão.-----



-----Agradeceu os convites dirigidos à Assembleia Municipal para estar presente em diversos eventos.-----

-----**Aprovação da Ata:**-----

Colocou de imediato à votação a ata nº 5/2019 da sessão ordinária de 16 de setembro de 2019, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos membros com direito a voto. -----

-----**1.2 – Apreciação de assuntos de interesse para o Município .**-----

-----**Lurdes Sequeira (PSD):** Cumprimentou todos os presentes.-----

Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I). -----

-----**Paulo Ferreira (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-----

Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo II). -----

-----**António Simões (PSD):** Cumprimentou todos os presentes.-----

Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo III). -----

-----**Margarida Alves (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-----

Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IV). -----

-----**Filomena Bernardo (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. -----

Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo V). Felicitou ainda o Sertanense Futebol Clube pela continuidade na Taça de Portugal. -----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. -----

Iniciou a sua intervenção felicitando a Senhora Deputada Cláudia André que foi recentemente eleita para a Assembleia da República pelo Distrito de Castelo Branco, merecendo a nossa maior consideração. Igualmente o ex-autarca de Valença, Senhor Jorge Salgueiro Mendes sertaginense eleito Deputado pelo Distrito de Viana do Castelo.-----

Não podia deixar de felicitizar o Sertanense Futebol Clube que eliminou o Fareense Sport Club e está nos oitavos da Taça de Portugal. -----

Para finalizar interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VI). -----

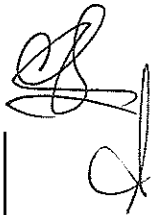
Sessão de 25 de novembro 2019

-----**Presidente da Assembleia** interveio e apresentou o seguinte considerando relativamente à intervenção do deputado **Álvaro Monteiro**: Referiu que se existem situações de ilegalidades devem ser comunicadas às autoridades competentes. Da parte da Assembleia Municipal entende que essas situações a existirem, as provas sejam apresentadas a quem de direito. Disse ainda que por respeito aos que foram Escravos, devemos ter algum cuidado, quando nos referimos ao trabalho de escravo. Não corresponde à definição do que foi apresentado, por toda a importância que o assunto tenha. -----

-----**Nuno Melo (PSD)**: Cumprimentou todos os presentes. -----
Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VII). -----

-----**Jorge Nunes (PSD)**: Cumprimentou todos os presentes. -----
- Iniciou a sua intervenção felicitando a Senhora Vereadora Cláudia André eleita a Deputada da Assembleia da República. Nunca é demais reiterarmos o que é importante para as nossas terras, ter-se alguém em cargos e órgãos nacionais. Não sendo a 1ª vez que o Concelho se faz representar na Assembleia da República, é sempre bom perceber que sendo os tempos diferentes, a velocidade do nosso empenhamento tem de ser ainda maior. Para esta Assembleia Municipal é uma honra pudermos continuar a contar com a sua presença como Vereadora. Também uma palavra para o sertaginense Jorge Salgueiro Mendes pela sua eleição a Deputado à Assembleia da República pelo círculo de Viana do Castelo. -----
Renovou o apelo para que o Executivo e a Assembleia Municipal na pessoa dos seus Presidentes e ainda à Deputada Cláudia André aproveitem de uma forma positiva a constituição deste Governo, pois independentemente das atitudes e ações políticas dos partidos, é constituído por pessoas que conhecem muito bem o nosso território, podendo assim potenciar e alavancar o desenvolvimento do nosso Concelho com o facto de termos como ministras a Dra. Maria do Céu Albuquerque e a Dra. Ana Abrunhosa e como Secretário de Estado o Eng.º João Paulo Catarino, pessoas que conhecem bem a Sertã. Sendo uma coincidência feliz, não importa por que partido foram eleitos, o importante, é que são pessoas de bem e disponíveis para ajudar os nossos territórios. -----

Seguidamente referiu-se à N 238 todos consideram que necessita de uma intervenção urgente, sabemos que o Senhor Presidente da Câmara está a



desenvolver todos os esforços para que seja uma realidade a curto prazo de forma a minimizar os prejuízos. -----

A propósito do IC 8 lembrou que já numa anterior sessão se referiu ao trajeto Sertã – Avelar verificando-se pouca fluidez no tráfego, muitos Kms atrás de veículos pesados e um aumento significativo de acidentes com grandes constrangimentos para a Vila da Sertã quando o trânsito tem que ser desviado. Independentemente disso entende que o IC 8 deve ser alvo de uma requalificação a curto ou médio prazo, caso isso não aconteça pode transformar-se num 2º IP3 pelo elevadíssimo número de acidentes graves. -----

Estando no fim do ano civil felicitou as Associações e Clubes Desportivos do Concelho, não esquecendo a Filarmónica União Sertaginense que celebra mais um aniversário no dia 1 de dezembro, a Filarmónica Aurora Pedroguense e o CCD, ao qual aproveitou para enaltecer o comportamento acima das expectativas, não podendo esquecer que é uma Associação com menos visibilidade que os Clubes de Futebol, merecendo um reconhecimento público pelas vitórias alcançadas pelos seus atletas tanto a nível da natação como do atletismo. -----

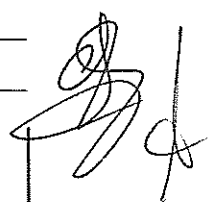
Falando ainda de futebol, o Concelho da Sertã está de parabéns, os clubes Sertanense Futebol Clube e Grupo Desportivo Vitória de Sernache têm-nos sabido representar. Entende que o apoio permanente e constante do Município a estas coletividades ainda não é visto de forma correta, parece que é sempre pouco e os protocolos deviam ser mais transparentes, para que a população percebesse que sem estes apoios os Clubes não estariam a fazer a época desportiva que todos presenciamos. Foi o Sertanense a continuar na Taça de Portugal como poderia ter sido o Vitoria de Sernache, mas nunca é demais afirmar que a mobilização da população nos eventos desportivos é de todo importante e deve ser melhorada. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Cumprimentou todos os presentes. --

Deu conta que pelo que ouviu o executivo é sempre o culpado do que de menos bom acontece no concelho. Tem consciência que não é verdade, queremos fazer o melhor e vamos continuar a trabalhar. Garantidamente notam-se os resultados. O Município investe em todas as áreas como podem constatar no Orçamento e Grandes Opções do Plano. O que assistimos de muito bom com as equipas desportivas do concelho da Sertã não sucede por acaso, existe uma estratégia. -----

- Concretamente sobre a Requalificação da Escola Secundária da Sertã faz-se passar a imagem perante a população que a Câmara Municipal é a responsável

Sessão de 25 de novembro 2019



pelo atraso da obra mas não é verdade. Pretendíamos uma requalificação rápida e disponibilizámos 7,5% do valor do projeto de recuperação para que a obra se concretizasse rapidamente. Aguardamos a decisão de quais as obras necessárias para a resolução do problema da segurança do edifício e a respetiva conclusão da parte do Ministério da Educação.-----

- Quanto à EN 238 houve a opção de passar ou não dentro das localidades. Futuramente se existirem fundos comunitários pensa que se vai encontrar uma boa solução, para que a requalificação seja uma realidade.-----

-A propósito da Zona Industrial de Cernache do Bonjardim surgiu um investidor que de início solicitou um lote de terreno, posteriormente pediu mais dois lotes, o Município prontificou-se, foram os mesmos marcados e o empresário decidiu procurar outra localidade.-----

- Sobre o Polo do SerQ é intenção do Município construí-lo em Cernache do Bonjardim.-----

- Quanto aos espaços desportivos continuamos a investir.-----

- Relativamente ao sistema de controlo de presenças ao trabalho dos funcionários será analisada a situação.-----

-No IC 8 têm ocorrido alguns acidentes, sabemos que é um itinerário gratuito e muito movimentado. Se exigirmos mais faixas de rodagem certamente surgem as portagens e o movimento abranda.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Colocou à consideração da Assembleia Municipal o Voto de Pesar, apresentado pela bancada do PSD, o qual passou a ler e cujo texto a seguir se transcreve “Voto de Pesar: “António Nunes faleceu no passado dia 4 de outubro de 2019. Era diretor executivo da SOPREI – Cooperativa Abastecedora de Mercearias dos Concelhos de Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Oleiros, cargo que exercia desde a sua fundação, em 1973, tendo um papel fundamental na sua manutenção e crescimento ao longo deste período, sendo hoje a única Cooperativa do género num total de 35 que já existiram no nosso País. O empresário tinha 74 anos e fundou igualmente a Gaserta – Serviços e Informática, Ld.^a. Há oito anos assumiu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Sertã, bem como Vogal do Conselho Fiscal do SerQ – Centro de Inovação e Competências da Floresta – Associação. Foi um lutador das causas que representou e contribuiu com o seu trabalho para o desenvolvimento do nosso concelho, sem nunca se envolver na política. Pelo seu

percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: Aprovar o presente “ Voto de Pesar “ pelo falecimento de António Nunes seguido de um minuto de silêncio em sua homenagem e manifestar à sua família as mais sentidas condolências.-----

- A bancada do PS associou-se ao presente voto de pesar.-----

Deliberação: Após a respetiva aceitação e apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente voto de pesar.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Solicitou permissão nos termos do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal para a inclusão dos seguintes pontos:-----

2.12- Proposta de Atualização da Tabela de Taxas e Licenças para vigorar em 2020 – Proc.º 2019/100.10.400/1 - para deliberação;-----

2.13- Proposta de Estatutos para a Constituição da Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de animais Errantes – CIRAE e Estudo de viabilidade económico-financeira - Proc.º 2018/300.10.007/7 - para deliberação;-----

2.14- Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais – fornecimento contínuo de 195 000 litros de gasóleo rodoviário a granel - Proc.º 2019/100.10.400/1 - para deliberação;

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a inclusão dos respetivos pontos na Ordem do Dia.-----

- O Presidente da Assembleia deu ainda conta que a Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Sertã foi distribuída pelos Grupos Parlamentares para apresentação de sugestões, pensa que existem questões em aberto. O Grupo Parlamentar do PS sugeriu que fosse formada uma comissão. Assim sugere que o Ponto 2.10 da presente Ordem do dia seja presente à sessão a realizar em fevereiro de 2020.-----

-----**2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.**-----

-----**2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira. ---**

-----**António Antunes Xavier (PS):** Cumprimentou todos os presentes.-----

- Iniciou a sua intervenção felicitando a Senhora Vereadora Cláudia André pela sua eleição a Deputada da Assembleia da República. -----

- Referiu que viu algumas fotografias publicadas sobre a homenagem que o Município realizou no dia 29 de outubro a um homem notável “ Ângelo Pedro

Sessão de 25 de novembro 2019

Farinha” falecido no ano de 1994. Teve o privilégio de trabalhar durante alguns anos enquanto eleito local com o ex-presidente da Câmara Municipal Ângelo Farinha, conheceu a sua forma de trabalhar, pessoa íntegra, notável, lutador pelo desenvolvimento da sua terra e região. Considerou a cerimónia do dia 29 de outubro desfasada com a homenagem que o presidente Ângelo Pedro Farinha merecia e que lhe foi reconhecida em 2004 pelo executivo socialista aquando da inauguração do busto no cimo da vila, convidando entidades nacionais e a população sertaginense. Agora em 2019 foi realizada uma pequena cerimónia com elementos do PSD, lamentavelmente não devia acontecer, como deputado da assembleia municipal e amigo da família tinha todo o gosto em estar presente. O ex-presidente Ângelo Pedro Farinha merecia uma homenagem digna 25 anos após o seu desaparecimento.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Referiu que todos sabemos que Ângelo Pedro Farinha foi um grande impulsionador no desenvolvimento do concelho e da região. Deve ser sempre lembrado. Em reunião do executivo foram convidados os membros do executivo para participarem na homenagem. Acredita que tenha havido falta de divulgação.-----

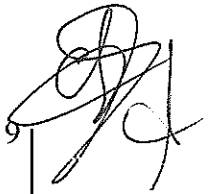
2.2 – Proposta do pedido de transporte apresentado pela União de Freguesias da Cumeada e Marmeleiro – Proc.º 2019/300.50.203/67 – para ratificação;-----

----- Foi ratificada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 28/10/2019. -----

Ratificação nº17/2019 -----

Considerando que: -----

- O Senhor Padre Serras exerceu funções no Concelho da Sertã por cerca de 50 anos, mais concretamente nas localidades do Troviscal, Ermida, Marmeleiro e Cumeada, tratando este território como a sua Terra Natal; -----
- Pelo facto acima apresentado, vários foram os munícipes que faziam questão de participar nas Cerimónias Fúnebres do Senhor Padre e que sem o apoio em transporte não teriam essa oportunidade;-----
- Estes munícipes, na sua maioria, são pessoas de idade já avançada; -----
- A viatura de 53 lugares do Município não estava disponível por estar afeta aos transportes escolares; -----



- O valor cabimentado – 250 € para transporte com recolhe de pessoas nas localidades de Ermida, Troviscal, Marmeleiro e Cumeada; -----
- Que o pedido decorre de uma Autarquia (União de Freguesias da Cumeada e do Marmeleiro);-----
- A competência da Assembleia Municipal prevista na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - "Deliberar sobre forma de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;" -----
- E tendo em conta o previsto no nº 3 do artigo 35º da citada Lei.-----

Proponho que: -----

- Seja ratificado o apoio à União de Freguesias da Cumeada e do Marmeleiro com a contratação de transporte a empresa externa no valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros) para deslocação de munícipes para Cerimónias Fúnebres do Senhor Padre Serras, que decorreram no Sardoal no dia 15 de outubro.-----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade ratificar o apoio à União de Freguesias da Cumeada e do Marmeleiro com a contratação de transporte a empresa externa no valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), nos termos da presente proposta.-----

2.3- Proposta de pedido de transporte da Freguesia do Castelo - Proc.º 2019/300.50.203/65 - para ratificação;-----

----- Foi ratificada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 28/10/2019. -----

----- Ratificação nº19 /2019 -----

Considerando: -----

A informação técnica nº 19111/2019, do Setor de Educação, mas também a:-----

- A importância em proporcionar novas experiências à população da Freguesia, nomeadamente população mais idosa, alterando as suas rotinas e valorizando o convívio salutar entre pares;-----
- A importância em apoiar atividades que minimizem eventuais situações de isolamento social; -----
- O facto de na data não estar disponível o autocarro de 53 lugares do Município;-
- O facto de haver cabimentação do valor de € 300,00 para a atribuição de um subsídio para apoiar na despesa com o transporte;-----

Sessão de 25 de novembro 2019



- A competência da Assembleia Municipal prevista na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - "Deliberar sobre forma de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;", -----

- E tendo em conta o previsto no nº 3 do artigo 35º da citada Lei.-----

Propõe-se: -----

-Seja atribuído o subsídio de € 300,00 (trezentos euros) à Freguesia do Castelo para auxiliar nas despesas com o transporte para passeio destinado a Mira d'Aire e Fátima, realizado no dia 19 de outubro. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade ratificar a atribuição do subsídio de € 300,00 (trezentos euros) à Freguesia do Castelo, nos termos da presente proposta. -----

2.4- Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais – Grupo Desportivo Vitória de Sernache - Proc.º 2019/850.10.002.01/49 - para deliberação;-----

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 26/09/2019. -----

----- Proposta n.º195/2019-----

Considerando que: -----

A Vitória Sernache participa no Campeonato de Portugal na época desportiva 2019/2020, à semelhança do Sertanense Futebol Club; -----

É intenção do Município da Sertã igualar os montantes atribuídos às atividades e entidades com os mesmos fins; -----

Foi deliberada a aprovação da emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais ao Grupo Desportivo Vitória de Sernache, em sessão ordinária de 29-06-2019 pela Assembleia Municipal. -----

Foi aprovado em reunião ordinária do executivo de 18-07-2019, o Protocolo para a época Desportiva 2019/2020, assim como o pagamento dos encargos assumidos no citado protocolo referente ao ano de 2019, no valor de € 39.500,00, e para o ano de 2020, no valor de €41.500,00.-----

Esta competência está prevista na alínea u) do art.º. 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro; -----

Está previsto no orçamento económico 02/040701 na GOP 2 242 2015/5002;-----



Proponho: -----

Que se proceda ao acréscimo dos encargos assumidos no anexo do citado protocolo referente ao ano de 2019 no valor de € 17.000,00 e no ano de 2020 de € 17.000,00 ao Grupo Desportivo Vitória de Sernache. -----

Que a Câmara Municipal aprove e submeta a apreciação da Assembleia Municipal a autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais referente ao acréscimo da comparticipação ao Grupo Desportivo Vitória de Sernache para a época desportiva 2019/2020 em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” -----

Antes de dar início à análise da presente proposta ausentou-se o **Senhor António Simões** por impedimento legal, no âmbito do Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro, art.º 69, nº1. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais referente ao acréscimo da comparticipação ao Grupo Desportivo Vitória de Sernache para a época desportiva 2019/2020, nos termos da presente proposta. -----

Retomou aos trabalhos o **Senhor António Simões**.-----

2.5 - Proposta do Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas e Mapa de Pessoal para 2020 - Proc.º 2019/150.20.200/1 - para deliberação;

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 31/10/2019. -----

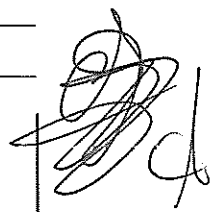
----- Proposta n.º219/2019-----

Considerando que: -----

----- O mapa de pessoal é um instrumento de gestão dos recursos humanos regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, e adiante também designada abreviadamente pela sigla LTFP,-----

- Nos termos do preceituado no artigo 29.º da LTFP, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em consideração as atividades, de natureza permanente ou temporária, que pretendem desenvolver durante a sua execução e os recursos financeiros disponíveis,-----

Sessão de 25 de novembro 2019



- O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que in casu, o Município da Sertã, carece para o desenvolvimento das suas atividades, caracterizados em função do seguinte:-----

Atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;-----

Cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;-----

Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; -----

Perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, complementado com as competências associadas á especificidade do posto de trabalho. -----

- Nesta conformidade foi elaborado o presente Mapa de Pessoal para o ano de 2020 que integra os trabalhadores em exercício de funções e contempla as necessidades previsionais de pessoal, em funções das diversas categorias e vínculos, conforme documento que se anexa, -----

- Este Mapa de Pessoal, encarado como instrumento de gestão dos recursos humanos, para além dos seus elementos integrantes, contém o número de postos de trabalho necessários para o cumprimento ou execução das missões, competências e objetivos anuais, -----

- As verbas e estimativas no orçamento anual deste Município da Sertã para o ano de 2020 traduzam as necessidades previstas de recursos humanos. -----

- A competência de aprovação do mapa de Pessoal pertence á Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto na alínea o) do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual. -----

- A presente alteração produzirá efeitos, após aprovação pela Assembleia Municipal e deve ser tornada pública através de afixação nos serviços e inserção na página eletrónica do Município da Sertã. -----

Assim proponho que:-----

- Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, se submeta á Assembleia Municipal, para aprovação, o Mapa de Pessoal para o ano de 2020, Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas.-----



Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2020, Organograma e Quadro Funcional das Unidades Orgânicas nos termos da presente proposta.-----

2.6 - Proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2020 - Proc.º 2019/150.20.202/3 - para deliberação;-----

----- Foi aprovada por maioria pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 31/10/2019.-----

----- Proposta n.º218/2019-----

Considerando que: -----

Na proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2020, foram seguidos os princípios orçamentais e cumpridas as regras previsionais previstas no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).-----

O Orçamento permite evidenciar todos os recursos que a autarquia local prevê arrecadar para financiamento das despesas que pretende realizar.-----

A atividade financeira a desenvolver pela autarquia no âmbito da gestão previsional baseia-se no Orçamento, documento elaborado, em articulação com as Grandes Opções do Plano.-----

Com um horizonte móvel para o quadriénio de 2020 a 2023, o Plano Plurianual de Investimentos traduz e assume um papel primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia, a desenvolver em cada ano a que respeita o orçamento, refletindo assim as áreas de intervenção estratégica indispensáveis ao processo de desenvolvimento sustentável do município, contribuindo para a afirmação da relevância e competitividade do concelho da Sertã, através da execução de medidas e programas nas diferentes áreas, promovendo a qualidade de vida dos seus munícipes, em parceria com as instituições e os diferentes agentes de intervenção local.-----

Propõe-se: -----

Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta de Orçamento para 2020 conforme o estipulado na alínea c) do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Iniciou este ponto referindo que é o documento mais importante do Município. O Orçamento e Grandes Opções do Plano



Sessão de 25 de novembro 2019

para 2020 contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município promovendo qualidade de vida aos munícipes, em conjunto com todas as forças vivas do concelho nomeadamente instituições, coletividades, empresas, famílias totalizando 23.773.158,00 €. O Orçamento obedece às regras do Pocal e as mesmas foram cumpridas. As Grandes Opções do Plano totalizam 17.050.834,00 €, são as políticas com obras e atividades mais relevantes, (PPI - Plano Plurianual de Investimentos + Atividades Mais Relevantes). O Plano onde constam as obras com financiamento definido é de 16.471.984,00€ e o financiamento não definido – 578.850,00 € e ainda o valor extra plano de 7.301.174,00 €.-- A receita corrente é de 14.354.483,00 € - capital de 9.418.675,00 €. A despesa corrente é de 13.323.434,00 € - capital é de 10.449.724,00 €.

De seguida fez uma breve apresentação do PPI (Plano Plurianual de Investimentos): -----

----- 1 – Despesa na Administração Geral: 382.000,00€ - inclui aquisição de máquinas; viaturas e software. -----

----- 2 – Proteção Civil e luta contra incêndios: 3.777.254,00€- incluem conservação de estradões; pontos de água; medidas de estabilidade e emergência; rede primária. -----

----- 3 - Funções sociais: 3.265.578,00€ inclui reabilitação e conservação de estabelecimentos de ensino; infra- estruturas de apoio a carenciados; ordenamento do território: revisão do PDM – Monte Sra. da Confiança; Casa Guimarães; Praça da República; Rua 5 de Outubro; sinalização; saneamento; abastecimento de água; resíduos sólidos; proteção do meio ambiente; cultura e desporto. -----

----- 4 – Funções económicas – 4.409.207,00 € inclui indústria e energia; infraestruturas; iluminação pública; baixa tensão; transportes; beneficiação da rede viária; arruamentos; mercados e feiras: Mercado da Sertã e de Cernache do Bonjardim, turismo. -----

----- 5 – Funções diversas – 743.000,00€ inclui aquisição de terrenos, aquisição de edifícios e cemitérios. -----

----- E das Atividades Mais Relevantes: -----

----- 1 – Funções gerais – 495.060,00 € inclui Protocolos com Bombeiros Voluntários e Aproflora; cadastro florestal e faixas de gestão de combustível. -----

----- 2 – Funções sociais – 3.831.374,00 € inclui projetos relacionados com educação e ensino: transportes escolares; projeto bússola; refeições escolares; fruta escolar; tempo de acolher; férias a brincar e carta educativa; saúde nas freguesias; projetos de ação social: bolsas de estudo; dia do idoso e ginástica sénior; ordenamento do território: áreas de reabilitação urbana; saneamento; abastecimento de água; resíduos sólidos e meio ambiente; jardins; cultura: protocolos com associações culturais; sertainima; Gala Eugénia Lima; leitores do património; maratona da leitura, projeto Túlio Vitorino; Feira de Celinda; Festin e o Fibs; Desporto: desporto mais; férias desportivas; verão ativo e Torneio Luis Gouveia; outras atividades: romaria de S. Nuno; -----



-----3 – Funções económicas – 1.621.355,00 € - indústria e energia: iluminação pública; Turismo: Adxtur; Festival de Gastronomia, Produtos da Terra; Provar, Comemoração Feriado Municipal; Rota da EN 2 e Sertã Terra do Pinheiro de Natal; -----

-----4 – Outras funções – 6.583.790,00 € - transferências entre administrações: limpeza de bermas e valetas; transferências para as freguesias; transferências para associações de municípios e CIMT. Funções Diversas (transferências para o CCD; Pinhal Maior; Médio Tejo 21, SerQ e transferências para famílias e instituições sem fins lucrativos. -----

No fundo as Grandes Opções do Plano são a estratégia para o desenvolvimento do Concelho da Sertã. O rigor continua a imperar. Assim solicitou a sua aprovação. -----

- **Solicitaram intervenção:** -----

-----**Jorge Rodrigues (PS):** Cumprimentou todos os presentes.- -----

Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VIII). -----

-----**Raquel Horta (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IX). - --- -----

-----**Filomena Bernardo (PSD):** Referiu que tudo o que a Presidente da Junta reivindica é o que a população da União de Freguesias exige. Tem uma área abrangente de 100 Km2 e 146 aldeias. Exibiu um gráfico elaborado dando conta dos valores de 2019 e previstos para 2020 respeitantes ao ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água, atividades cívicas e religiosas. A propósito da rubrica apresentada para a Romaria S. Nuno tem verba elevada, será que é para suspender a Vila Condestável. Por fim, disse que a União de Freguesia de Cernache do Bonjardim Nespéral e Palhais precisa de muita obra. -----

-----**Jorge Nunes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo X). -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Referiu que o orçamento participativo está muito burocrático durante o ano a Câmara Municipal ouve e aprecia as sugestões da população. -----
Efetivamente existe um empréstimo, vamos reformular o pedido para fazer obra. Vamos continuar a trabalhar para que a população tenha qualidade de vida. -----

Sessão de 25 de novembro 2019

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria contabilizando 20 (vinte) votos a favor e 8 (oito) abstenções as Opções do Plano e a proposta de Orçamento para 2020 -----

2.7 - Proposta de isenção de instalações de gases combustíveis em edifícios para habitação própria - Proc.º 2019/150.10.400/7 - para deliberação;-----

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 25/11/2019. -----

----- Proposta n.º227/2019-----

----- Considerando: -----

- A informação interna do GAIM, nº 21218, de 8/11/2019. -----

- O Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro no que respeita às instalações de gás em edifícios determinava no n.º 1 do artigo 1.º que: " Os projetos de construção, ampliação, recuperação ou reconstrução de edifícios situados no território continental, que sejam apresentados nos respetivos municípios para aprovação, devem incluir obrigatoriamente uma instalação de gás que abranja todos os fogos". -----

- O n.º 2 daquele diploma excluía da obrigação de instalação de gás os edifícios unifamiliares destinados a habitação própria do requerente quando não inseridos em áreas urbanizadas ou sujeitas a planos de urbanização dotados de infraestruturas exteriores de gás, desde que aquele solicita-se a dispensa de apresentação do projeto de instalação de gás à respetiva câmara municipal. -----

- O Decreto-Lei n.º 97/2017 de 10 de agosto, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro, reforçou através do n.º 2 do artigo 3.º a não obrigatoriedade da instalação de rede predial de gás para os edifícios destinados a habitação própria em que o promotor da obra opte pela exclusão da instalação de gás. - -----

- Aquele diploma legal, e sem prejuízo das exigências de segurança, visava promover a simplificação dos procedimentos e redução de custos para o utilizador, dando assim execução ao previsto no Programa Simplex+ 2016. -----

- Meio ano após a entrada em vigor daquele decreto-lei, por apreciação parlamentar, a Lei n.º59/2018, de 21 de agosto veio retirar o direito de opção dos promotores poderem não executar a instalação de gás nos edifícios destinados a habitação própria, conforme anteriormente concedido por decreto-lei.-----



53/2014, de 8 de abril, na sua atual redação sejam excluídos da obrigatoriedade da instalação de gás.-----

- Que os edifícios e frações referidas no número anterior que pretendam posteriormente utilizar gás devem ser dotados de uma instalação de gás e cumprir todos os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis.-----

2.8 – Proposta de reconhecimento interesse concelhio para efeitos de alteração do uso do edifício de armazém: para armazém, comércio, serviços, de Construções Eliseu Lopes Ld.^a - Sertã - Proc.º 2019/450.30.502/31 - para deliberação;-----

-----Foi aprovada por maioria pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 25/11/2019.-----

----- Proposta n.º228/2019-----

Considerando: -----

- O documento com a entrada n.º 11794, de 24 de julho de 2019 e a informação técnica n.º 21363, datada de 12 de novembro de 2019. -----

Veio a empresa Construções Eliseu Lopes, Ld.^a com o NIF 505859750, veio solicitar à CMS o pedido de reconhecimento de interesse concelhio, com vista à alteração do uso do seu edifício localizado na Rua do Sossego, n.º 10 – Boeiro, Sertã, na freguesia da Sertã, atendendo aos condicionantes decorrentes da classificação do solo no PDM e das servidões e restrições de utilidade pública.----

I – Enquadramento com IGT'S -----

II.1 – Identificação do prédio-----

O edifício localiza-se na Rua do Sossego, n.º 10 – Boeiro, Sertã, na freguesia da Sertã, descrito na conservatória do Registo Predial com o n.º 4441 e inscrito na matriz urbana n.º 5947.-----

O edifício é composto por cave e r/chão foi construído ao abrigo da licença de obras n.º 141 de 03/10/2001 e possui o alvará de utilização n.º 63/2006 destinado a armazém. -----

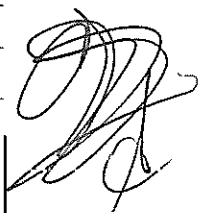
II.2 – Plano Diretor Municipal da Sertã:-----

II.2.1 - Ordenamento: Espaço não urbano, classificado como espaço Florestal de Produção.-----

II.2.2 - Reserva Ecológica Nacional: Não englobado em solos de REN, embora localizado sobre o limite de uma área de elevado risco de erosão hídrica do solo. -

II.2.3 - Reserva Agrícola Nacional: Não englobado em solos de RAN. -----

Sessão de 25 de novembro 2019



II.2.4 - Outros Condicionantes: Não apresenta outros condicionantes. -----

II.3 – Cartografia de Risco de Incêndio Florestal: -----

Perigosidade de Incêndio Florestal: Classe de perigosidade Nula. -----

Não percorrido por incêndios florestais nos últimos 10 anos. -----

II – Objetivo da Proposta -----

Pretende o requerente e atual proprietário do edifício a alteração do uso de todo o edifício de armazém para armazém, comércio e serviços a fim de desenvolver as atividades de venda de materiais de construção e empreiteiro de obras públicas e particulares. -----

O regime de edificabilidade para esta classe de espaço encontra-se definido no art.º 24.º do Regulamento do PDM da Sertã, sendo permitida construção de edifícios para os usos em questão desde que haja interesse concelhio devidamente reconhecido pela Assembleia Municipal. -----

III – Fundamentos apresentados -----

O requerente fundamenta o pedido com os seguintes fatores relevantes: -----

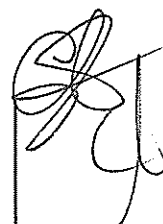
a) Fator Localização: A localização vai de encontro com a atividade que pretende desenvolver, atendendo à proximidade com vias de comunicação que ligam a sede do concelho com o restante território. Localização propícia para comércio e Serviços com bons acessos e estacionamento; -----

b) Fatores económicos: O requerente encontra-se a exercer a atividade naquele local há alguns anos, tendo já fornecedores na zona centro e clientes locais habituais e ser inviável a sua deslocalização, uma vez que, os custos inerentes seriam tão elevados no campo financeiro e logístico que inviabilizariam a sobrevivência da empresa, com a consequente extinção de postos de trabalho. -----

c) Fatores sociais: Por se tratar de uma pequena empresa que emprega 10 trabalhadores cujas famílias dependem desta atividade como meio de subsistência;

Proponho que: -----

- Se aprove a submissão à assembleia municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse concelhio para autorização do uso de comércio e serviços, para além de armazém já autorizado para o edifício em causa, cumprindo-se a alínea b) do n.º 2 do art.º 24.º do Regulamento do PDM da Sertã. -----



Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o reconhecimento interesse concelhio para efeitos de alteração do uso do edifício de armazém: para armazém, comércio, serviços, de Construções Eliseu Lopes Ld.^a – Sertã, nos termos da presente proposta. -----

2.9 – Proposta de alteração à operação de Loteamento nº 5/2005 de 9/11 - Vale dos Lobos – Charneca – P.P-Expansão da Zona Industrial da Sertã - para deliberação;-----

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 25/11/2019. -----

----- Proposta n.º229/2019-----

----- Considerando que:-----

- A Assembleia Municipal de Sertã, em sessão ordinária realizada no dia 25 de abril de 2014 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã. - O aviso n.º12408/2014 relativo à alteração do Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã foi publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 215/2014, de 6/11/2014, encontrando-se em vigor; - As instalações da empresa Diamantino Jorge & Filhos Ld.^a não se encontram licenciadas pelo município, sendo necessário proceder à alteração da operação de loteamento com o alvará n.º 5/2005, de 9/11 nos termos do n.º 1 do art.º 48.º do decreto-lei n.º 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo decreto-lei n.º 136/2014, de 9/9, a fim de o adaptar aquele PMOT; -----

- Para o efeito é necessário reparcelar no atual loteamento que abrangeu um terreno com a área total de 66.975 m2, a fim de serem constituídos 3 novos lotes conforme Plano de Pormenor, designadamente lote n.º 61, lote n.º 62 e lote n.º 64, eliminando-se os anteriores 16 lotes de terreno;-----

- Os 16 lotes a eliminar possuem uma área total de 29.684,00 m2 e os novos 3 lotes possuirão uma área total de 41.070,00 m2. Temos assim um acréscimo de área com 11.386 m2, que deverá ser desafetada do domínio público municipal para integrarem aqueles novos lotes.-----

- De acordo com a proposta de alteração ao loteamento resulta ainda uma parcela remanescente com a área de 2.736,00 m2 que deverá ser desafetada do domínio público municipal para o domínio privado do município a fim de, posteriormente,



Sessão de 25 de novembro 2019

serem constituídos 4 novos lotes, designadamente o lote n.º 65, lote n.º 71, lote n.º 72 e lote n.º 85 através de operação de loteamento.-----

Proponho que a Câmara delibere, ao abrigo da alínea m) do nº 2 do artigo 23º e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro: -----

- Aprovar a desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal com a área de 11.386,00 m2 a fim de integrarem os futuros lotes n.º 61, lote n.º 62 e lote n.º 64 de acordo com o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã em vigor. -----

- Aprovar a desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal com a área de 2.736,00 m2 a fim de integrar o domínio privado do Município para viabilizar posteriormente a constituição do lote n.º 65, lote n.º 71, lote n.º 72 e lote n.º 85 de acordo com o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã em vigor. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Referiu as instalações onde está sediada a empresa Diamantino Jorge & Filhos Ld.ª não se encontram licenciadas, sendo necessário proceder à alteração da operação de loteamento. A única forma de licenciar é transformar o loteamento que é formado por dezasseis lotes, arruamentos, passeios e espaços de domínio público, sendo necessário retirar determinadas áreas do domínio público para privado.-----

- **Solicitou intervenção:** -----

----- **Vitor Cavalheiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. -----

Dado que vamos transferir do domínio público municipal a área de 11.386,00 para domínio privado sabe que a empresa já está instalada há muitos anos vai ou não a Câmara Municipal debitá-los à empresa.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Informou que foi entregue à empresa Diamantino Jorge & Filhos Ld.ª a área total mediante um pagamento anual e válido por alguns anos. E a única forma de legalizar a empresa é o Município receber os 2.736,00 m2 a fim de integrá-los no domínio privado viabilizando posteriormente a constituição de 3 lotes. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria contabilizando 23 (vinte e três) votos a favor e 5 (cinco) abstenções: -----

- A desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal com a área de 11.386,00 m2 a fim de integrarem os futuros lotes n.º 61, lote n.º 62 e lote

n.º 64 de acordo com o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã em vigor. -----

- A desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal com a área de 2.736,00 m² a fim de integrar o domínio privado do Município para viabilizar posteriormente a constituição do lote n.º 65, lote n.º 71, lote n.º 72 e lote n.º 85 de acordo com o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã em vigor, nos termos da presente proposta. -----

2.10- Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Sertã – para deliberação. -----

- O presente ponto não foi deliberado, será presente a próxima Sessão de Assembleia Municipal.-----

2.11– Para conhecimento do plenário: -----

- Em sequência da proposta n.º 227 de 18-10-2017 aprovado em sessão da A.M. de 21-10-2017. -----

Proposta n.º 181 - Proposta de Concurso Público para aquisição de viatura e superestrutura para recolha de resíduos sólidos urbanos e equipada com grua - Proc.º2019/300.10.005/94 - para conhecimento. -----

Proposta n.º 182 - Proposta de correção à despesa estimada relativa aos transportes escolares para o ano letivo 2018/2019 - Proc.º2018/150.10.500/5 - para conhecimento.-----

Proposta n.º 191 - Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços de Fibra@Web 100Mbps/100Mbps - Proc.º n.º 2019/300.10.005/101 - para conhecimento.-----

Proposta n.º 200 - Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços de aulas de Pilates e Hidroterapia para a Piscina Municipal Coberta da Sertã - Proc.º 2019/300.10.005/104 - para conhecimento. -----

Proposta n.º 201 - Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Prestação de serviços no âmbito do projeto dos "Leitores do Património III"- Proc.º 2019/300.10.005/90 - para conhecimento. -----

Proposta n.º209 - Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços de aulas de natação, hidroginástica, ginásio e cárdio no âmbito das atividades desenvolvidas na



Sessão de 25 de novembro 2019

piscina Municipal Coberta da Sertã - Proc.º 2019/300.10.005/107 - para conhecimento. -----

Proposta nº210 - Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços de aulas de ginástica no âmbito do projeto "Ginástica Sénior".- Proc.º 2019/300.10.005/108 - para conhecimento.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.12- Proposta de Atualização da Tabela de Taxas e Licenças para vigorar em 2020 – Proc.º 2019/100.10.400/1 - para deliberação.-----

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 25/11/2019. -----

----- Proposta nº 230-----

----- Considerando: -----

- A informação do Senhor Chefe de Divisão do GAIM nº 21797 de 18 -11-2019;
- Que para efeitos do disposto no art.º 25.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais deste município, o Índice de Preços no Consumidor publicado pelo INE é de 1,00461373352384, acumulado durante 12 meses, contados de novembro de 2018 a outubro de 2019.-----
- Que a Tabela de Taxas e Licenças está atualizada com aquele índice, a qual não inclui os valores relativo ao artigo 54.º referente à realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, adiante designada por TMU. -----
- Que com efeito, e de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas em vigor, a TMU deveria ser calculada anualmente pela Câmara Municipal cuja fórmula contempla, entre outros, um valor variável relativo ao Programa Plurianual de Investimentos (PPI), dos últimos 4 anos. -----
- Que a TMU deveria ter sido progressivamente aplicável conforme deliberação da Assembleia Municipal, uma vez que a TMU nunca foi calculada ou aplicada até à data. Propõe-se que: -----
- Que a Câmara Municipal aprove e submeta nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro à aprovação do órgão deliberativo a atualização da tabela de taxas e licenças para vigorar em 2020. Após a sua aprovação a mesma deverá ser devidamente publicitada junto de todos os serviços, por edital e no sítio da internet do município. -----

- **Solicitou intervenção:** -----

----- **Álvaro Monteiro (PS):** Disse que é lamentável a atualização da tabela de taxas e licenças para vigorar em 2020, referente à realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, adiante designada por TMU . -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Informou que estamos a votar, a atualização da tabela de taxas e licenças para vigorar em 2020 com o Índice de Preços no Consumidor publicado pelo INE é de 1,0046 cumprindo a legislação. A TMU não está a ser aplicada no nosso Concelho. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria contabilizando 21 (vinte e um) votos a favor, 1 (um) voto contra do deputado Álvaro Monteiro e 6 (seis) abstenções, nos termos da presente proposta.-

2.13- Proposta de Estatutos para a Constituição da Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de animais Errantes – CIRAE e Estudo de viabilidade económico-financeira - Proc.º 2018/300.10.007/7 - para deliberação. -----

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 25/11/2019. -----

----- Proposta nº 247 -----

Considerando: -----

- O documento com a entrada nº 16189, de 22 de outubro de 2019. -----

- Que a Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – CIRAE, é uma Associação de Municípios de fins específicos com consagração legal no Capítulo IV, do Título III da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis. -----

- A constituição de associações de fins específicos compete aos órgãos executivos colegiais dos municípios, ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelos respetivos órgãos deliberativos, conforme o determina o n.º 1 do artigo 108.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo os estatutos ir de encontro ao especificado no artigo 109.º do mesmo diploma. -----

- Que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações de acordo com o disposto no artigo



Sessão de 25 de novembro 2019

23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente no domínio da saúde pública. -----

- Nestes termos, atento o D.L. n.º 315/2003 de 17/12, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, designadamente o artigo 19.º: -----

- Que compete às câmaras municipais a recolha, a captura e o abate compulsivo de animais de companhia, sempre que seja indispensável, muito em especial por razões de saúde pública, de segurança e de tranquilidade de pessoas e de outros animais, e, ainda, de segurança de bens, sem prejuízo das competências e das determinações emanadas da DGV nessa matéria. -----

- Que encontrando-se definido o número de municípios que manifestaram intenção de constituir a Associação, por forma a dar cumprimento ao estatuído nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aplicável face ao disposto no n.º 3 do artigo 56.º conjugado com o n.º 2 do artigo 53.º, ambos do mesmo diploma, elaborou-se o Estudo de Viabilidade Económico-Financeira. -----

Assim, propõe-se que: -----

- A Câmara Municipal revogue a deliberação tomada na reunião de 27 de outubro de 2018, na medida em que todos os elementos necessários à deliberação não estavam presentes e que, nesta sequência e nos termos do previsto na alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º se submeta à consideração da assembleia municipal a revogação da deliberação tomada na sessão do dia 29 de novembro de 2018.-----

- A Câmara Municipal delibere nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro de 2013, a constituição e participação na Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – CIRAE, cujo projeto de estatutos e o estudo de viabilidade económico-financeira acompanham a presente deliberação conforme estatuído nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aplicável face ao disposto no n.º 3 do artigo 56.º conjugado com o n.º 2 do artigo 53.º, ambos do mesmo diploma. -----

- A Câmara Municipal nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submeta à apreciação da assembleia municipal a autorização para o município constituir e participar na



Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – CIRAE conforme competência prevista na alínea u) do n.º1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, nos termos da proposta aprovada pela Câmara Municipal. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar: -----

- A revogação da deliberação tomada na sessão do dia 29 de novembro de 2018 na medida em que todos os elementos necessários à deliberação não estavam presentes. -----

- A constituição e participação do Município da Sertã na Associação de Municípios para a Gestão do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – CIRAE, bem como o projeto de estatutos, o estudo de viabilidade económico-financeira, ao abrigo do n.º 1 do art.º 108, conjugado com a alínea u) n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25º todos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da presente proposta.-----

2.14- Proposta de emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais – fornecimento contínuo de 195 000 litros de gasóleo rodoviário a granel - Proc.º 2019/100.10.400/1 - para deliberação.-----

----- Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião de Câmara de 25/11/2019. -----

----- Proposta nº 255-----

Considerando: -----

- A informação técnica nº 22123 de 2019, do Setor de Contratação Pública e Aprovisionamento; -----

- Que há a necessidade de aquisição de gasóleo para as viaturas e máquinas do Município, para o ano de 2020;-----

- Que este fornecimento reveste a natureza de compromisso plurianual, conforme definição referida na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, “ «compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.”-----

- Que o fornecimento será contínuo durante o ano 2020, no valor total previsto de 254.241,00€ (IVA incluído); -----

Sessão de 25 de novembro 2019

- Que de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. -----

Propõe-se: -----

- De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, se submeta à assembleia municipal para aprovação da assunção de compromissos plurianuais. -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para a prestação de serviços de fornecimento contínuo de 195 000 litros de gasóleo rodoviário a granel, no ano de 2020 no valor total de 254.241,00€ (duzentos e cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e um euros) com (IVA incluído), nos termos da presente proposta.-----

3 – Período Destinado ao Público.-----

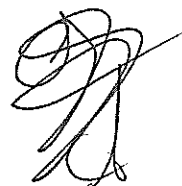
-----**Senhor Arménio Siva** – Calvaria - Cernache do Bonjardim -
Cumprimentou todos os presentes. -----

- No seguimento da sua última intervenção sobre a decadência da freguesia de União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais esclareceu que só dois executivos, o falecido Ângelo Pedro Farinha e o ex-Presidente José Paulo Barata Farinha apoiavam o desenvolvimento da Freguesia. -----

-----**Senhor António Ladeiras** – Cernache do Bonjardim -----

- Deu conta que no dia 27 de junho de 2015 um grupo em passagem pela vila de Cernache do Bonjardim promoveu uma atividade focada no antigo lavadouro público e anfiteatro com o apoio da Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Sertã desde essa altura a esta parte algumas intervenções têm acontecido porém neste momento está a necessitar de atenção porque tem sido alvo de vandalismo no seu todo. O equipamento tem aplicada a lápide com a seguinte informação CMS-1892.-----

- No dia 23 de novembro de 2003 a banda musical de Carvalheira de Terra do Bouro atuou em Cernache do Bonjardim homenageando Cândido da Silva Teixeira, maestro e amigo. Nessa altura foi criado um espaço na rua Maestro Cândido da Silva Teixeira, à entrada da povoação de Milheiros, espaço que necessita de atenção principalmente a inscrição no monumento em pedra. -----



-----**Senhor Eduardo Patrício** – Cernache do Bonjardim – Cumprimentou todos os presentes -----

Intervio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo XI). -----

-----**Senhor Fernando Farinha** - Cernache do Bonjardim – Intervio questionando se está previsto no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, o saneamento para a localidade da Quintã? É uma obra urgente, fala-se muito em turismo, em ambiente e na estrada municipal onde passam 50 a 60 % dos visitantes do Concelho da Sertã, apresenta-se com saneamento a correr a céu aberto, já tínhamos o problema das pocilgas que nunca foi resolvido. O saneamento deve abranger as localidades de Póvoa, Salgueirinho, Casal da Madalena até Roda, vamos entrar em 2020, é uma obra urgente, tem custos mas é importante para a qualidade de vida da população. -----

Ainda na qualidade de Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim refere que teve conhecimento sobre a implementação de um Centro Municipal de Proteção Civil, foi alguma Associação de Bombeiros ouvida? Referiu que viu consideradas verbas adstritas a esse projeto, sugeriu que quando o assunto for abordado devem estar presentes as Associações de Bombeiros e seus respetivos comandantes. -----

Deu ainda conta que o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim necessita urgentemente de obras de requalificação. -----

-Mostrou a sua insatisfação referente a ações/operações onde se encontram envolvidos os Bombeiros, como por exemplo: a remoção da aeronave no rio Zêzere perto da Ponte do Vale da Ursa, onde nenhum membro do executivo esteve presente. -----

- Por fim felicitou a Senhora Vereadora Cláudia André pela sua eleição a Deputada da Assembleia da República. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Tomou nota das preocupações dos munícipes. -----

-----**Encerramento:**-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada pelas 20,00 horas da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade, e que vai ser assinada. -----

Sessão de 25 de novembro 2019

-----O Presidente da Assembleia,

-----A Assistente Técnica,

Arturo Ruiz
Felipe Tolgado Suarez

ANEXO I


Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2019

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Secretários/a

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Senhores Vereadores/a

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Exma. Comunicação Social – Rádio Condestável, Médio Tejo Net

E Prezado público aqui presente, que nos ouve via Rádio Condestável e consulta via on-line, Médiotejo.net

A todos saúdo com votos de boa tarde,

Passados quase dois anos da minha designação como cidadã eleita por esta Assembleia Municipal para integrar a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã – (CPCJ)**, cumpre-me dar-vos conhecimento de alguns aspetos relevantes que decorreram neste período.

Lembro que a “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional e uma composição multidisciplinar. **Visa promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.**”

A sua atuação rege-se pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei nº 147/99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 31/2003 de 22 de agosto, pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro e pela Lei nº 23/2017 de 23 de maio.

- No passado dia 20 de novembro fez trinta anos que a Convenção dos Direitos da Criança foi aprovada, em 1989. Documento que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respetivas disposições para que sejam aplicados. A Convenção dos Direitos da Criança é o tratado de direitos humanos internacionais mais amplamente ratificado de sempre. Portugal ratificou a Convenção em 21 de setembro de 1990.



A Convenção assenta em quatro pilares fundamentais que estão relacionados com todos os outros direitos das crianças:

- 1- **A não discriminação**, que significa que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial – todas as crianças, em todas as circunstâncias, em qualquer momento, em qualquer parte do mundo.
- 2- **O interesse superior da criança** deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito.
- 3- **A sobrevivência e desenvolvimento** sublinham a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente.
- 4- **A opinião da criança** que significa que a voz das crianças deve ser ouvida e tida em conta em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos.

A Convenção contém **54 artigos**, que podem ser divididos em quatro categorias de direitos:

Os **direitos à sobrevivência** (ex. o direito a cuidados adequados);

Os **direitos relativos ao desenvolvimento** (ex. o direito à educação);

Os **direitos relativos à proteção** (ex. o direito de ser protegida contra a exploração);

Os **direitos de participação** (ex. o direito de exprimir a sua própria opinião).(Unicef.pt)

- A CPCJ da Sertã considera que as crianças e jovens do concelho são os cidadãos e cidadãs do presente e que a sua voz deve ser escutada para construir aldeias e vilas melhores, mais inclusivas e mais educadoras. Tendo como objetivo de fortalecer práticas de prevenção de participação entre as crianças, os jovens, a família, a escola e a comunidade em que se inserem.

A CPCJ da Sertã, promoveu de **18 a 22 de novembro no concelho da Sertã** a “**Semana dos Direitos da Criança**”, com a dinamização de várias atividades, entre eles o “**Estendal dos Direitos da Criança**”, a participação no “**Dia do pijama**” e um “**Painel/Debate sobre: Os Direitos da Criança**”. As atividades foram dirigidas para as crianças do **Jardim de Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico**, com a exceção do debate, que era alargado a toda a comunidade.

Friso a grande participação e motivação das crianças ao transporem os seus direitos, quer oralmente, quer através do desenho para as peças de vestuário que se encontram no estendal pela nossa carvalha, eles sabem!

Saliento, ainda o programa do painel/ debate que foi muito rico. A professora Margarida Mesquita, falou-nos do que é “Ser Criança em Portugal. A escritora Celeste Gonçalves, apresentou-nos “Os direitos da Criança na Literatura para a Infância e a sua importância”, Diogo Vicente da Guarda Nacional Republicana – despertou-nos para o tema “Exploração e Abuso Sexual de crianças” e por último Ivo Faria, Chefe Nacional do Corpo Nacional de escutas, falou-nos sobre: “Escutismo: Movimento Seguro”, o maior movimento juvenil em Portugal.

Deixo um desabafo, o auditório da Casa da Cultura da Sertã deveria ser considerada pequeno dado o assunto/tema a tratar, o que infelizmente não aconteceu!

Porque os direitos das crianças para mim pessoalmente, **são todos os dias**, e aproveito para realçar que para o Senhor Presidente da Câmara, José Farinha Nunes, também assim é, porque **a preocupação do Município da Sertã é constante e diária**.

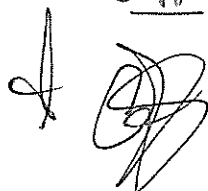
No âmbito da área das **Funções Sociais, nos Serviços auxiliares de ensino**, em que o Município disponibiliza anualmente às nossas crianças e jovens desde, a Ação Social escolar, Transportes escolares, Projeto Bússola, Plano integrado para o combate ao insucesso escolar, Projeto – tempo de Acolher e novos projetos para o ano de 2020 que podemos ver nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, o “Criar +” - Atividades Físicas e motoras e expressão musical, a “Sala Snoezelen” (terapia pelos sentidos para crianças com necessidades educativas especiais, autismo, défice de atenção ou concentração, hiperatividade, entre outros) - pela pesquisa que fiz apenas uma escola a EB1 do Tovim em Coimbra presta esta intervenção às crianças com necessidades especiais – (Diário de Coimbra de 08-04-2019) - Férias a brincar, Laboratório de Línguas, Laboratório de Ciências Naturais e Físico – Química.

Atividades que ascendem ao montante de 1.135.875,00€ (um milhão cento e trinta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco euros). É desta forma empenhada que o Município da Sertã apoia as nossas crianças e jovens, colabora com as suas famílias na sua educação e bem-estar social, promovendo os seus direitos, preparando os futuros cidadãos do concelho.

Desejo a todos uma boa tarde e muito obrigada pela atenção dispensada.

O Membro da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira

Anexo II


Assembleia Municipal da Sertã de 25 de novembro de 2019

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmas Senhoras e Senhores Secretários,

Exmos Senhor Presidente da Câmara,

Exmas Senhoras e Senhores Vereadores,

Exmas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Público presente, comunicação social presente e público que nos acompanha via Rádio Condestável.

A sociedade contemporânea tem hoje preocupações com as questões da inclusão social e com a mobilidade no espaço público. O edifício onde nos encontramos é disso exemplo, quer na última requalificação, quer anteriormente.

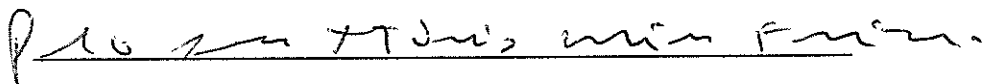
Um cidadão por não ter ou perder durante a sua vida a mobilidade com que nasceu, não deixa de ser um cidadão de pleno direito, seja ele criança ou adulto. Pelo que, tal como existiu a preocupação com este e outros edifícios públicos, apelo ao executivo que equacione e proceda à instalação de um baloiço para cadeira de rodas num dos espaços infantis que estão na Alameda da Carvalha. Existem inúmeras opções técnicas que podem ser pesquisadas.

Agradece a população Sertaginense por ficar dotada deste simples equipamento e como estamos perto dum período de férias, agradecem todos os que nos podem visitar e precisar deste equipamento para arrancar um sorriso a uma criança ou a um adulto.

Obrigado.

Sertã, 25 de novembro de 2019,

O deputado municipal,



(Paulo Jorge António Martins Ferreira)

Assembleia Municipal da Sertã

Sessão Ordinária de 25 de novembro

Anexo III
d

Cumprimentos,

Imaginem a vila da Sertã sem água nas ribeiras.

Imaginem este cenário por dois, três, ou quatro períodos de seca, coisa muito provável nos tempos que correm.

É uma hipótese que parece tirada de um filme de ficção, mas que poderá um dia transformar-se em realidade.

Os cenários catastrofistas de que habitualmente ironizamos podem vir a fazer parte do nosso quotidiano.

E o que estamos a fazer para evitar isto?

Continuamos muito preocupados com o acessório e pouco com o que é essencial.

A água é um recurso absolutamente fundamental para o nosso futuro.

Estamos num concelho em que a grande maioria das suas fronteiras é constituída por água.

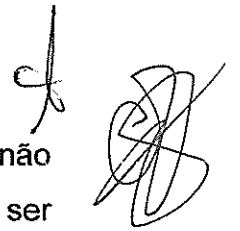
A vila da Sertã é atravessada por duas ribeiras.

A água faz parte do ADN da vila e do nosso concelho.

Já por várias vezes fomos confrontados com problemas de falta de água nas ribeiras da Sertã.

Os verões são cada vez mais problemáticos e nem preciso invocar a história de 1944, quando as ribeiras da vila praticamente secaram e a água teve de ser racionada como nunca antes, para sustentar a ideia de que sem água a Sertã viverá uma situação de absoluta tragédia.

Medi e pesei cautelosamente cada palavra que disse anteriormente, mas não posso deixar de falar em tragédia e de lembrar que alguma coisa tem de ser feita.



Aliás, alguma coisa já começou a ser feita.

Em 2010, após ter tomado posse, um dos projetos prioritários deste executivo foi a recuperação do Aproveitamento Hidroelétrico de Palhais, antiga ideia que previa a construção de uma mini-hídrica a montante da ponte da Rolã, em Palhais, com o objetivo de produzir energia elétrica.

Para ter viabilidade, pensou-se depois na altura, a exemplo de outros no país, em transformar este projeto de mera produção elétrica, num projeto de aproveitamento hidroelétrico de fins múltiplos, que o tornaria muito mais abrangente, até para o seu próprio financiamento.

O projeto prevê a instalação de um açude com comprimento e profundidade consideráveis, e um túnel de um quilómetro e meio para aumentar a queda e a velocidade da água para o gerador. Obra considerável, portanto.

Esta ideia entroncava na visão de futuro que o executivo municipal defendia para o concelho, centrada numa aposta clara nas energias renováveis.

Não por acaso, logo em 2010, reintroduzimos a FAFIC e dedicamo-la às energias renováveis.

Foi um sucesso, não apenas pela pertinência do tema, mas também pela identificação do caminho que nos conduziria à modernidade.

Seria fastidioso elencar todas as iniciativas subsequentes que tivemos neste capítulo, mas não posso deixar de destacar a associação do Município da Sertã ao projeto europeu RETS ligado às energias renováveis, que vinha ainda do executivo anterior.

Mas a ideia da mini-hídrica era uma autêntica ponta-de-lança na nossa estratégia.

Por isso, foram desenvolvidos contactos com a Hidroerg, empresa concessionária, e com o seu responsável máximo e grande entusiasta do projeto, o engenheiro António Eira Leitão, entretanto desaparecido, em 2017; houve reuniões com ministros, com secretarias de Estado e com inúmeros especialistas; apresentámos as nossas visões e apostámos objetivamente na viabilidade deste projeto.

Eu sei que os ambientalistas levantam sempre reservas porque é conhecida a sua animosidade contra as barragens, mas o estudo de impacto ambiental foi amplamente favorável à obra.

Entrava aqui a nossa visão de futuro para o projeto, – mais do que produzir eletricidade, o grande propósito deveria ser o de funcionar como reservatório de água, - o tal aproveitamento hídrico para fins múltiplos.

E nesse objetivo estávamos todos de acordo.

As vantagens da instalação deste reservatório de água eram evidentes.

Em primeiro lugar, salvaguardávamos os recursos hídricos a montante, com efeitos muito positivos nos caudais das ribeiras que atravessam a vila da Sertã.

Depois, garantiríamos o equilíbrio necessário à sobrevivência dos ecossistemas aqui existentes e a gestão dos caudais.

Perspetivava-se a construção de uma excelente reserva de água a jusante da Sertã, controlada pelo Município da Sertã, ao mesmo tempo que se garantia o ciclo de reutilização deste bem tão precioso.

A Sertã possui uma riqueza associada à água que não pode ser negligenciada, com uma fauna e uma flora bastante variadas.

Basta lembrar a existência de lontras no perímetro das ribeiras da Sertã, o que por si só atesta claramente a qualidade da água.

É preciso dizer-lo alto e bom som para que se enraíze esta consciência: a mini-hídrica de Palhais poderia ser a solução para o problema da falta de água nas ribeiras da Sertã, que poderá ser crónico nos próximos anos, principalmente nos meses de verão.

Reafirmo que essa falta seria uma tragédia.

A reserva de água contribuiria para solucionar este problema.

Com a construção da barragem, seria criado um reservatório capaz de reter água naquela zona, com claros benefícios para toda a região.

Pode perguntar-se se uma solução destas não poderia ser instalada a montante da vila da Sertã? Não.

Todos os estudos o desaconselham, além de que não resolveria nenhum dos problemas que aqui enunciei, principalmente porque a água tem que ser reutilizada e de novo armazenada, e em vez de um, teriam que ser construídos dois diques a montante em cada uma das ribeiras.

Mas este é um projeto que não depende da vontade exclusiva do Município da Sertã e, a partir de 2015, ou até antes, sentimos que o Governo deixou 'cair' este tipo de projetos, com todos os prejuízos para nós daí decorrentes.

O executivo municipal não baixou os braços, mas os promotores foram esmorecendo, principalmente pela questão das rendas e tarifas de produção.

Porque o projeto tem outros méritos, pretendo que saia do esquecimento.

Temos que lutar por ele. Afirmemos a sua pertinência e a sua viabilidade.

Não desistamos de o defender.

Entre outros, mas principalmente o turismo da Sertã e a frondosidade da vila podem muito bem depender deste pequeno grande gesto.

Não fiquemos de braços cruzados.

António JL Simões
Deputado Municipal

Alto IV
d

Assembleia Municipal

Ana Margarida Alves

25/11/2019

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Sr. (s) Secretários

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos Senhores Vereadores

Exmo Sr. (s) Deputados

Exmo (a) Sr. (as) (os) da comunicação Social

Prezado público

Os cordiais cumprimentos.

Como representante da Assembleia Municipal, no Conselho Municipal da Juventude, trago aqui o assunto das obras da Escola Secundária da Sertã.

Quando na festa de Natal do AES, no ano de 2017, o Sr. Presidente da Câmara anunciou a requalificação na Escola Secundária, referiu que os melhoramentos e intervenções seriam no prazo de 9 meses e a iniciar no ano letivo 2018/2019. Estamos sensivelmente a um mês de iniciar 2020.

Como todos sabemos, o AES tem sido escolhido por vários alunos de outros concelhos para aqui realizarem o seu percurso escolar, nomeadamente, o Ensino Secundário. São várias as razões: quer pela diversidade das ofertas formativas quer pela qualidade do ensino que se realiza. No AES ajudamos a realizar os sonhos dos alunos que o frequentam.

No entanto, no último ano e meio, o palco desta realidade tem-se tornado um pesadelo para os alunos do secundário:

Passemos a ouvir o relato em 1º pessoa de um aluno:

Ora vamos imaginar um cenário.

Vai levar o seu filho à escola. Chove torrencialmente. A sala onde ele tem aula é no lado oposto do edifício. Esta fica pelo menos a 200 metros da portaria. Antes de chegar à sala, o aluno encontra entre umas árvores e umas grades um corredor ao ar livre, cheio de folhas e lama que tem de passar.

Entretanto conseguiu finalmente passar a lama e chega a um caminho de brita lagado em que só é possível passar a saltitar entre poças de água.

A chuva continua sem dar tréguas e finalmente chegou à sala, conforme abre a porta, os colegas das mesas da frente queixam-se imediatamente do frio que vem da rua e pedem para fechar a porta depressa.

O aluno senta-se. Gostava de ouvir a professora, mas o barulho da chuva no telhado de metal dificulta o processo. Ainda por cima quando estava a tentar chegar à sala molhou-se, ele bem pensava que se conseguiria secar na sala, no entanto o único

quecedor está desligado porque este fazia um barulho semelhante a óleo a fritar. Finalmente a aula acabou, ainda chove muito, o aluno precisa de ir à wc, pois bem terá de aguentar dado que nesta parte da escola só há wc para raparigas. A seguir tem aula na residência, mais outros 200 metros de obstáculos debaixo de chuva.

Chegou à sala finalmente e vão ver um documentário. A sala não tem tela e portanto este é projetado numa parede azul.

Finalmente a aula acabou. O aluno decide ir estudar para a biblioteca.

Ora esta já não tem lugares disponíveis, porque funciona numa sala provisória. Até odia ir estudar para a sala de convívio, mas não lhe apetece fazer o desafio dos 200 metros outra vez, dado que ainda não esta completamente enxuto.

Decide por fim ir para casa.

Quando o seu filho chega a casa e lhe pergunta como correu o dia, ele diz, tudo normal.

Estes têm sido os dias normais de todos os alunos da escola secundária da Sertã. Há mais de um ano que fazemos trajetos absurdos entre salas, que passamos frio e calor em salas pequenas e desajustadas.

Com mesas demasiado baixas, sem computadores e projetores funcionais, sem o mínimo de conforto.

Cada vez que perguntamos quando acabam as obras ninguém sabe. A evolução de semana para semana das obras é mínima, sentimos que fomos esquecidos, que somos menosprezados e estamos fartos de compactuar com isto.

O pilar de uma economia, é a educação. Ora na Sertã, na Secundária, nos anos mais decisivos do nosso trajeto escolar por aqui, é quando nos são cortadas as pernas, os recursos são cada vez mais escassos e além da exigência das disciplinas e dos exames ainda temos de lidar com as más condições da escola.

Se há sitio onde se nota que o interior foi esquecido, é na secundária. Os meus pais pagam os mesmos impostos que os pais dos estudantes das outras escolas do país, o que fiz eu para merecer tão míseras instalações?

Peço assim, que façam os possíveis para melhorar a situação urgentemente.

Caso duvidem ou sintam que exagerei ou se precisarem de uma motivação extra para fazer alguma coisa em relação a isto, convido-vos a irem a secundária num dia de huva.

E cumprissem o horário de um estudante.

Fim de citação

Como representante no conselho Municipal da juventude, como encarregada de educação e munícipe deste concelho, questiono:

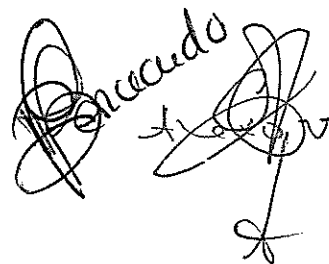
- São estas as condições que o executivo Camarário que continuar oferecer aos nossos estudantes ?

-Até quando ?

Se há soluções para as outras zonas do país, porque não há para os alunos da Sertã?

Tenho dito.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e
Senhores Secretários da Mesa



Sr. Presidente da Câmara,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caros Colegas membros desta Assembleia, Comunicação Social, Rádio Condestável, Comarca da Sertã e Médio Tejo Net, Exmo. Público:

Em primeiro a União de Freguesias De Cernache DO Bonjardim Nespéral E Palhais congratula-se com a eleição da Vereadora Cláudia André a Deputada da Assembleia da República pelo nosso Distrito de Castelo Branco, esperamos que tenha tanto sucesso como o Dr Antunes da Silva teve nos quatro mandatos que cumpriu ,nunca esquecendo as suas, Raízes

Também, a Vereadora Cláudia André pelo enorme empenho, dedicação e amor com que realizou o seu trabalho como vereadora do nosso concelho. Deixa todos os sertaginenses orgulhosos e tranquilos, pois estou certa que irá lutar pelos nossos interesses sempre com justiça e fervor por este interior esquecido.

Dois anos se passaram da minha tomada de posse e do início do seu último Mandato e revendo estes dois anos são mais os aspetos negativos que positivos e podia enumera-los , mas A realização do trabalho autárquico não passa como muita gente ainda hoje pensa por nenhum presidente ,mas vejo que há uma resistência inexplicável neste executivo para mudar regulamentos , Disse um deputado desta assembleia que até acretiva que algumas competências não fossem favoráveis para o Município , mas Todas ?? Pois eu estou totalmente de acordo com esse deputado , por exemplo ~~o~~ de feiras e mercados , a União de Freguesias de Cernache do Bonjardim Nespéral e Palhais deveria há muito ter esta competência , pois na vez de o regulamento de taxas ser mexido como foi prometido , ainda alteraram uma alínea para que agora os feirantes sejam obrigados a pagar antecipadamente, vão ou não, chova torrencialmente ou faça sol. Se é para matar de vez os mercados na Vila de Cernache do Bonjardim , Então que nos seja entregue, ! o mesmo se passa com o campo de Ténis Municipal de Cernache do Bonjardim aí não existe sequer um regulamento um protocolo ou seja, só não está abandonado porque a junta é que suporta o funcionário assim como os produtos de limpeza. Tendo Cernache do Bonjardim um atleta de 10 anos que se classifica neste momento na TABELA DOS VINTE MELHORES DOS SUB-12. E CADA VEZ QUE o senhor Presidente é questionado diz sempre a mesma coisa é **urgente um protocolo**, mas como posso provar no dia o executivo 21 de setembro de 2018 o executivo reuniu com o senhor que nos mandou enviar um protocolo que enviamos por mais de duas vezes sendo o último em Abril, e continuamos á espera.

Relembro que no Plano de Atividades e Orçamento para 2016 da Câmara Municipal da Sertã estavam previstos 113 mil euros para a aquisição do Edifício dos CTT em Cernache do Bonjardim. O edifício continua lá abandonado á espera de uma nova vida e se não fosse a junta de freguesia a limpar o terreno estava um autêntico matagal. E para terminar Senhor Presidente, não se desculpe com os autarcas das freguesias pelo fracasso da 238 pela parte

que toca ao executivo da União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, decidimos que chega de passividade, esperamos contar com o Município da Sertã, sem desculpas esfarrapadas.

Para além desta aquisição tinha também cabimento orçamental de 100 mil euros a construção de um Polo do SER Q na Zona Industrial desta vila que nunca se chegou a concretizar. É uma promessa de muitos que estão aqui hoje nesta assembleia, assim como a zona industrial , ,

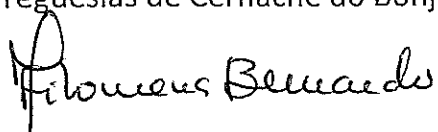
Pergunto por isso, pergunto mais uma vez ao Sr. Presidente para onde foram estas verbas? Estas intenções foram abandonadas? A criação de uma incubadora de empresas em Cernache do Bonjardim e um investimento efetivo na Zona Industrial desta vila estão colocadas de parte? Pelos vistos estão, pois para a zona Industrial de Cernache do Bonjardim nem sequer está contemplada um cêntimo, no orçamento para 2020. Disse o Senhor Presidente numa assembleia arranje-se os investidores que nós arranjaremos o espaço, pergunto, eu ? Qual é o investidor que se quer instalar numa zona industrial sem infra - estruturas sem apoiosO Sr. Presidente não considera essenciais este tipo de investimentos, para Cernache e não vejo vontade política para concretizá-los! Os investimentos previstos para a minha União de Freguesias são sucessivamente adiados. E mais uma vez o orçamento para 2020 não tem uma só obra estruturante, a revitalização do mercado que que era para ser iniciada no segundo semestre de 2019 como podem verificar já foi empurrado com a barriga para 2021.

E os motoristas de táxis espera de uma simples cobertura.


Cernache do Bonjardim, 25 de Novembro de 2019

Maria Filomena Bernardo

Presidente da União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais



Anexo VI



Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Deputados

Esta minha intervenção tem por finalidade a denúncia pública de um descarado abuso de poder por parte do Município da Sertã, do qual é responsável o Presidente da Edilidade, para o caso dele saber e nada fazer, para acabar com este estado de coisas.

Instalou o Executivo um sistema avançado de registo de presença ao trabalho, para os trabalhadores municipais, que se aplaude. O controle e o saber de quem está, deve e é, um dever/direito do patronato. Mas entendam, que não é um sistema perfeito, porquanto as amizades chefe/subordinado, deita abaixo os melhores sistemas. Quando desejarem falar disso, digam e terão pela certa, muitas informações, que se traduzirão em prejuízo de alguns euros – muitos.

Mas não é isso que vou denunciar, mas fiquem certos que não será só, Presidente a ficar de orelhas quentes.

Existem trabalhadores a fazer trabalho escravo no Município e ouçam agora:

Exemplo: Um trabalhador deveria sair do seu serviço às 16H30M, mas por qualquer razão e muitas vezes, por conveniência do serviço, sairá 30 ou mais minutos depois, de forma sistemática e continuada, para lá dessa hora, sendo que esse tempo não lhe é contado, para efeito retributivo, ou de acumulação de horas, que poderia eventualmente vir a beneficiar em outro qualquer dia, em que houvesse menos trabalho ou necessidade.

Mais grave é que esta abjeta situação é do conhecimento dos Delegados Sindicais, do Sindicato da Administração Local, que pactuam com ela, não a denunciando, como seria sua obrigação.

A situação piora, quando existem chefes, que permitem a saída de subalternos, sem qualquer espécie de controlo, porquanto outros, são controlados ao minuto.

Veem-se á rua quando queremos e nos apetece, sem qualquer controlo ou registo. É um verdadeiro regabofe.

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras e Senhores Deputados

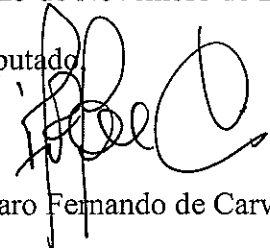
Gostaria e seria de toda a conveniência, que esta Assembleia, tomasse esta situação em conta, porquanto acredito, que por detrás das costas do Presidente, existem situações de que ele não tem conhecimento e acaba por ser ele, o mau da fita, sendo que outros, exercem poder, que não lhes foi conferido pelo voto universal e direto dos cidadãos.

Para os que não tenham medo e gostem de ver as coisas a claro, propunha a criação de Uma Comissão de Inquérito, no âmbito desta Assembleia, para esta e outras situações, menos claras.


A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long vertical stroke.

Sextã, 25 de Novembro de 2019

O Deputado

A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized 'A' and 'M'.

a) Álvaro Fernando de Carvalho Monteiro



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mos Srs. Secretários,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Vereador(a)es,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Deputad(a)os,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. da Comunicação Social,

Ex.mo Público,

Gostaria de começar por dar os parabéns à Ex.ma Sra. Vereadora Cláudia André pela sua eleição como distinta deputada da Assembleia da Republica que muito nos deve honrar, realço que é a primeira sertaginense residente na Sertã a ser eleita directamente em décadas, o que só valoriza ainda mais o feito alcançado. Votos de muito sucesso e felicidades, e acredito, que dentro do que estará ao seu alcance se lembrará da nossa terra.

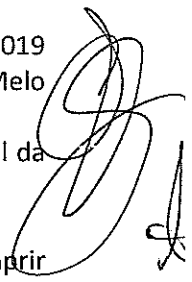
Gostaria também de dar os parabéns ao município e ao SerQ pela captação de novas empresas tecnológicas em áreas de elevado crescimento, que permitem a criação de postos de trabalho altamente especializados e que têm potencial para a criação de mais postos de trabalho no futuro.

Encontrando-se a área de incubação de empresas do SerQ cheia e tendo já sido há algum tempo anunciado pelo executivo a expansão do SerQ, aproveito para questionar para quando os inícios dos trabalhos do polo do SerQ em Cernache do Bonjardim de acordo com o projecto apresentado pelo executivo.

Fui informado, nestas ultimas semanas, que mais 2 empresas/projectos solicitaram lotes na zona industrial de Cernache do Bonjardim tendo-lhes sido dito que todos os lotes estavam ocupados/tinham destinatário. Questiono, se já está realmente tudo ocupado porque não avançaram ainda as infra-estruturas da dita zona industrial de modo a que os vários projectos possam também avançar?

Falando em Zona Industrial de Cernache do Bonjardim, penso ser importante referir e salientar que os terrenos da mesma, segundo sei, foram adquiridos por valores muito baixos, bem abaixo dos 10€/m2 que o município agora os vende, pelo que a sua venda a quem estão reservados, permite ajudar a financiar as infra-estruturas dos mesmos para além de, e mais importante, permitir dinamizar a zona que bem necessita. É importante avançar não deixando fugir mais oportunidades, ainda para mais, agora que este executivo conseguiu finalmente legalizar toda a zona industrial.

Gostaria também de falar da EN238 que mal começaram as chuvas e o Inverno mais uma vez começaram as derrocadas, e a Infra-estruturas de Portugal a gastar milhares de euros para remendos



que de pouco servem, pois por certo, daqui a uns tempos vão existir mais derrocadas noutra local da mesma estrada.

É necessária uma intervenção estrutural e uma pressão constante do município para fazer cumprir promessas antigas e recomendações aprovadas por unanimidade na Assembleia da República. Atualmente a desculpa é a falta de fundos Europeus, quando temos várias linhas de fundos Europeus com taxas de execução inferiores a 30% e a possibilidade de termos de devolver fundos por falta de utilização.

Ainda assim, que não seja essa a desculpa pois recentemente, o Governo Português recebeu fundos extra num valor superior a 15 milhões euros vindos da Europa, e directamente relacionados com Cernache do Bonjardim. Assim fundos vindos da Europa também já existem, venha a vontade do Governo em resolver esta promessa antiga que já esteve adjudicada, é merecida e tem vocação nacional. Se Ferreira do Zêzere já conseguiu fazer a sua variante da EN238 e Oleiros também conseguiu, a Sertã também pode conseguir.

Lembro que este troço é o troço que falta para ligar o IC9 ao IC8 de forma competitiva, criando um novo canal privilegiado para ligar o litoral ao interior. É um troço que permite captar também mais tráfego e valorizar o IC31 que foi recentemente anunciado pelo Governo.

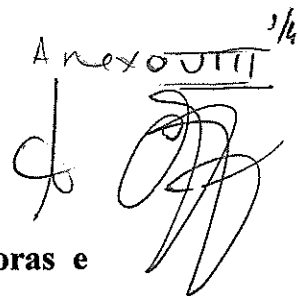
É importante publicitar, mostrar e demonstrar que este troço da EN238 pode estrutural para a Portugal e dinamizar toda a região centro pois tem essa capacidade.

Por fim volto ao tema do Centro de Saúde da Sertã para dizer que esta é uma causa de todos nós e todos somos importantes, assim quem conseguir influenciar as decisões da ULS e do Ministério da Saúde por favor, faça-o. A falta do SUB e da ambulância SIV está a provocar mortes desnecessárias, toda a ajuda é pouca, juntos somos mais fortes e valemos mais.... pelo menos poderíamos ter, em média, mais anos de vida.

Agradeço a atenção dispensada,

Nuno Melo

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhora e Senhor Secretários da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e
Senhores Vereadores,
Caras e caros membros da Assembleia Municipal
Comunicação social presente
Ilustre público presente e o que nos segue através da comunicação social,
Os meus cumprimentos.

Alexandre


Começamos por lamentar ainda não termos neste orçamento um projeto resultante da implementação neste Município do primeiro orçamento participativo. Quando a oposição no executivo não é chamada a participar na fase de elaboração do orçamento e quando o debate/negociação com as Juntas de Freguesia ainda está aquém do desejável e reclamado pelo(a)s Senhor(a)s Presidentes de Junta, parece pedir muito dar um passo para o orçamento participativo. **Mas temos de fazer um esforço no incremento da participação,** do debate, da negociação, ou seja, no reforço da democracia e da aproximação entre eleitos e eleitores.

Feito esta introdução passemos à análise deste importante documento que define as prioridades, que aponta as escolhas, que revela as expectativas deste executivo para o ano de 2020 e seguintes.

É, marcadamente, um **documento de continuidade**, quanto mais não seja pelo facto de muitos dos projetos lançados em anos anteriores não terem tido execução alguma ou terem um baixo grau de realização nesses anos. Consequentemente os projetos e verbas arrastam-se de plano em plano na medida em que as obras no terreno também tardam em arrancar ou se prolongam na sua realização.

Num Município onde a floresta tem grande expressão, é recorrente e antiga a crítica nesta assembleia sobre a falta de estratégia, de projetos e de verbas para este setor. Infelizmente, foi preciso a desgraça bater à porta com muitos danos, incluindo a perda de vidas humanas, para se encarar o problema. O Município tem responsabilidades e **finalmente percebeu que tem de fazer um reforço significativo de verbas para a proteção civil e luta**

contra incêndios. Congratulamo-nos com isso e ficaremos ainda mais agradados se a sua execução for uma realidade com expressão significativa. Igual sentimento no que diz respeito às propostas de investimento para a Zona Industrial e mercados municipais.

Relativamente ao orçamento para 2020, a expressão financeira daquele Plano Plurianual de Investimentos e das restantes rubricas de despesa e receita, abaixo se reproduz um quadro resumo de valores orçamentados e a sua comparação com o orçamento votado há um ano atrás para ser executado no ano corrente:

	2020	2019	Variação €	Variação %
Total despesas	23 773 158	21 830 361	1 942 797	8,9
Despesas Correntes	13 323 434	13 108 951	214 483	1,6
sendo: Despesas pessoal	4 636 950	4 817 450	-180 500	-3,7
Despesas de Capital	10 449 724	8 721 410	1 728 314	19,8
sendo: Aquis.bens capital	9 888 194	8 122 300	1 765 894	21,7
dos quais: Obras Municipais	5 928 233	5 610 100	318 133	5,7
(viação rural, arramentos...)				
Receitas Correntes	14 354 483	13 926 041	428 442	3,1
sendo: estado (FEF corrente)	7 518 729	7 174 353	344 376	4,8
Receitas de capital	9 418 675	7 904 320	1 514 355	19,2
sendo: Estado (FEF,CTF e PC)	7 675 426	7 012 895	662 531	9,4
sendo: Empréstimos MLP	1 459 618	0	1 459 618	
Estado (FEF,Corrente e capital)	15 194 155	14 187 248	1 006 907	7,1
despesa capital financiada por receita corrente	1 031 049	817 090	213 959	26,2

Primeira nota: o valor total do orçamento de 2020 apresenta um acréscimo face ao orçamentado para 2019 de 1.942.797€ (+8,9%),

mas também sabemos que **mais de $\frac{3}{4}$ deste incremento é suportado com recurso a endividamento de médio e longo prazo.** O executivo prevê aumentar a dívida bancária do Município em cerca de um milhão e meio de euros no próximo ano.

Segunda nota: as receitas de capital, que no orçamento de 2019 eram 7.904.320€, passarão para 9.418.675€, registando um aumento de 1.514.355€. Como? Com recurso ao endividamento em 1.459.618€. Como se percebe, **não fosse o aumento da dívida bancária que o Município da Sertã prevê incorrer no próximo ano as receitas de capital subiriam apenas 54.737€, ou seja 0,7%.**

Terceira nota: a variação da despesa corrente orçamentada de 2020 face a 2019, em apenas 1,6%, a que corresponde o valor de 214.483€ de acréscimo, passando 13.108.951€ para 13.323.434€. **Esta contenção da despesa corrente seria positiva se fosse aplicada a alguns consumos intermédios, de bens e serviços, ligados a festividades e eventos diversos. Mas não, essa até cresce.** (E tende a crescer tanto mais quanto mais o “cartaz dos artistas” para as festividades trazer “nomes sonantes”!) E analisando bem **o que muito contribui para que a despesa corrente não cresça mais é o decréscimo do valor orçamentado para despesa com o pessoal.** O Município orçamentou para despesas como pessoal em 2019 4.817.450€ e agora prevê para 2020 despende menos 180.500€, ou seja, apenas 4.636.950€. Qual a explicação? Menos pessoal? Redução de remunerações e outros gastos como ajudas de custo e horas extraordinárias? Ou é simplesmente a estimativa de 2019 que estava muito alta e que para 2020 foi corrigida? O Senhor Presidente da Câmara Municipal, que dispõe de dados da execução do ano em curso, poderá explicar certamente onde reside a explicação para esta descida.

Quarta nota: Se é certo que, no cumprimento da lei, está previsto um **superavit corrente de 1.031.049€ para 2020**, e até cresceu face a 2019, a verdade é que está **longe de atingir o valor orçamentado para 2018** e recuperar outros registos históricos.

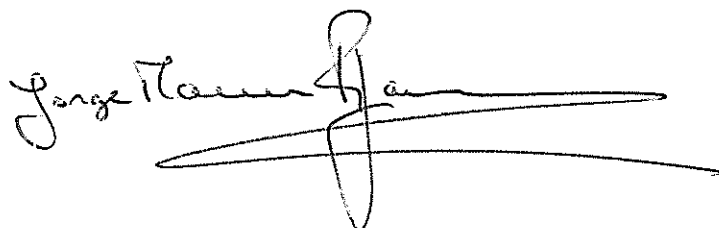
Quinta nota: O **contributo positivo** que está previsto no crescimento das receitas, **dado pelas transferências do Estado** (FEF corrente e de capital, Cooperação Técnica e Financeira e Participações Comunitárias) em 1.006.907€, isto é, + 7,1%. Como

o crescimento total, expurgado do empréstimo, é de 2,25% (inferior aos 7,1%), podemos **imputar ao Município uma menor eficiência na coleta das suas receitas próprias.**

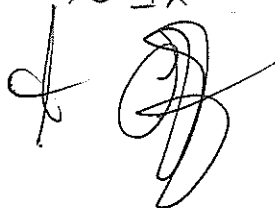
Em face do exposto não podemos, em consciência, votar favoravelmente esta proposta de orçamento e plano plurianual de investimento para 2020 e decidimos pela abstenção.

Sertão, 25/11/2019.

Jorge Manuel Rodrigues Farinha (Partido Socialista)

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jorge Manuel Farinha', followed by a large, stylized horizontal flourish.

Anexo IX



Ex.mo Senhor Presidente da Mesa e Senhor Secretário
Senhor Presidente do Executivo e Senhores Vereadores
Senhores Deputados Municipais
Senhores elementos dos meios de comunicação social
Senhora Técnica Administrativa
Ex.mo Público

A todos, boa tarde

Senhor Presidente do Executivo

No Plano Plurianual de Investimento estão indicados no programa 212 – Serviços auxiliares de ensino, alguns projectos que, baseado-me em conhecimentos genéricos, me parecem muito interessantes e pertinentes.

São eles:

- Sala de Snoezelen
- Laboratório de Línguas
- Laboratório de Ciências Naturais e Físico-química

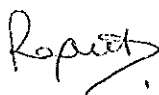
Estes projectos têm como data prevista o ano de 2020 e um total previsto de 59.525€.

Assim, pergunto:

- Em que constará cada um dos projectos
- Qual o seu público-alvo
- Onde serão instalados
- Quais as entidades que os irão desenvolver.

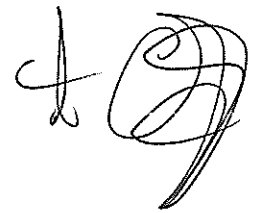
Agradeço a atenção,

Serlã, 25 novembro de 2019



Raquel Horta Antunes

Deputada municipal PSD

Anexo


Orçamento e Grandes Opções do Plano 2020

O Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2020 dão continuidade às políticas de recuperação e revitalização do concelho, mas assumem-se, sobretudo, como um instrumento que estabelece a concretização de investimentos estruturantes para o desenvolvimento do território.

Assim, todas as obras, os projetos e as ações desenvolvidas pela Câmara Municipal têm que necessariamente estar definidas nestes instrumentos, independentemente dos montantes constantes nas suas rubricas.

Sob o imperativo do indispensável equilíbrio financeiro, na convicção política deste Executivo, no sentido de garantir condições de qualidade de vida para dos Sertaginenses, em primeiro lugar, mas também para todos aqueles que nos visitam e/ou investem no nosso concelho.

Anualmente, ao elaborar o Orçamento Municipal, a autarquia precisa de pesar as receitas e as despesas, como dois pratos de uma balança, que é necessário equilibrar.

A prioridade são as pessoas, em particular os munícipes do nosso concelho, que são a maior riqueza do território. Ir ao encontro das necessidades e expectativas das populações e responder às necessidades das empresas e instituições locais, são preocupações refletidas nas Grandes Opções do Plano de 2020.

A construção do futuro do concelho da Sertã é um projeto coletivo que terá de envolver toda a comunidade. Contamos com o reconhecido empenho do movimento associativo, cultural, social e desportivo e também com o trabalho realizado pelas Juntas / Uniões de Freguesias no indispensável apoio de proximidade às populações.

O aumento do orçamento para o ano 2020 em quase dois milhões de euros em relação ao do ano anterior num valor total de 23.773.158,00€ é demonstrativo da ambição deste executivo e prende-se com o aumento de algumas rubricas de despesa importantes para o concelho e para os munícipes.

O reforço na área da proteção civil e luta contra incêndios, da coesão social e inclusão, com destaque para a educação e ação social, onde se prevê o aumento do apoio às associações do concelho, o ordenamento do território, sobretudo pela realização de grandes obras ou empreitadas a realizar

e que dependem de candidaturas a decorrer e também na recolha de resíduos, assim como nas funções económicas.



Os Documentos Previsionais de 2020 constituem-se como um instrumento de gestão rigoroso, prudente e responsável, em respeito pelos princípios do equilíbrio orçamental. Reforçando a determinação no planeamento e na gestão orçamental, traçando o caminho do desenvolvimento sustentável para o concelho de Sertão. Assim:

Na área da Proteção civil e luta contra incêndios, temos um acréscimo de 1.401.554,00€ que se deve essencialmente ao investimento das faixas de gestão de combustível, da rede primária de FGC e pontos de água e a medidas de estabilização de emergência, ações nos domínios da prevenção, do planeamento e do socorro, atendendo às necessidades de segurança de pessoas e bens na área do concelho, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente.

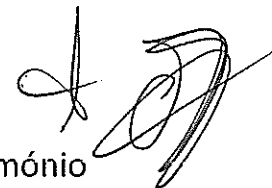
Nas Funções sociais:

Nos serviços auxiliares de ensino, temos um aumento de 211.875,00€, muito por culpa de um aumento generalizado na maior parte das rubricas, nomeadamente no combate ao insucesso escolar, nos transportes e nas refeições escolares mas também a novidades em rubricas como o programa amigos do Ziki e sala Snoezelen, do Programa estratégico educativo e do laboratório de Ciências naturais e Físico-Química.

No ordenamento do território, mais 303.000,00€, num total de 1.211.00,00€, devido ao reforço muito significativo nas obras destinadas para a requalificação do Largo Dr. Guimarães e Zona histórica envolvente com ligação ao Castelo, Revalorização da Praça da República e a revitalização da Rua 5 de Outubro.

Nos resíduos sólidos urbanos continuam em curso as aquisições de equipamentos para otimizar os circuitos do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e a implementação de soluções e medidas que reforcem a eficiência das atividades de limpeza urbana, tendo em vista a estratégia para o reforço da manutenção do espaço público, para um concelho mais limpo e que corresponde a um grande investimento público efetuado no concelho com um acréscimo de 289.053,00€, com a aquisição de uma máquina de recolha de resíduos sólidos urbanos e uma varredora de limpeza urbana, adquiridas a leasing e a pagar até 2022.

Nas áreas da Cultura e do Desporto, Lazer e Recreio, estão preconizados investimentos que se destinam ao desenvolvimento de uma oferta multifa-



cetada e que assenta na preservação e divulgação do nosso património material e imaterial, apoiando as iniciativas promovidas pela rede associativa existente no concelho e dinamizando atividades que contribuam para o enriquecimento pessoal e social, para a ocupação dos tempos livres e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Conscientes da importância da dinâmica cultural enquanto fator de valorização e promoção local, está previsto um aumento significativo de 400.000 até 2021, no entanto os protocolos com as associações culturais vão ver os seus valores aumentados em 25.000,00€ já em 2020.

Na ação social, apoiar as Instituições de Solidariedade Social para a construção, ampliação e beneficiação dos equipamentos e infraestruturas, no desenvolvimento de atividades de animação, de saúde e de envelhecimento ativo, permitindo a melhoria das respostas sociais à população; reforçar a coesão social, dando particular atenção às situações emergentes de carência social, através da implementação de medidas previstas no Regulamento dos Apoios Sociais.

Continuar com o “Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento”, que conta já com 182 beneficiários identificados e registados pela Câmara Municipal, na sequência do Protocolo celebrado com a Associação Dignitude, o município da Sertã passou a integrar a Rede Solidária do Medicamento, efetuando a referenciação de munícipes socialmente vulneráveis para beneficiarem deste programa e contribuindo financeiramente para a implementação do programa.

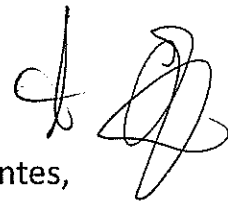
Nas Funções Económicas:

Prosseguindo com os trabalhos de melhoria das estradas do concelho, de forma a zelar pela segurança e comodidade dos munícipes, está previsto um investimento de 1 Milhão de Euros na rede viária municipal.

Na indústria e energia, um reforço muito significativo de quase quinhentos mil euros para 1.491.750,00€, devido aumento muito significativo destinado às infraestruturas nas zonas industriais onde está previsto uma verba de 526.750,00€.

Nos mercados e feiras, um reforço de 171.333,00€ para a requalificação do edifício do mercado de Cernache do Bonjardim, passando de 350.000,00€ para 521.333,00€.

No turismo porque é, incontestavelmente, um fator e uma poderosa e evidente oportunidade de desenvolvimento do concelho, apostar na valoriza-



ção económica, social e cultural do turismo nas suas diferentes vertentes, através da concretização de ações de promoção e divulgação do território.

Em 2020 serão concretizados alguns projetos cruciais nesta área, onde se inclui uma vez mais o já famoso Festival de Gastronomia, e o projeto de ampliação da praia fluvial do troviscal, só para referir duas das rubricas mais significativas em termos de valores orçamentados, verificando-se um aumento de 402.510,00€ para 2020, mas um reforço mais significativo até 2021 em mais de um milhão de euros.

Também na rubrica Diversas não especificadas e nomeadamente na aquisição de terrenos para projetos de desenvolvimento se verifica um substancial aumento de 350.000,00€, passando de 300.000,00€ para os 650.000,00€.

Por último, mas não menos importante, porque o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas são um dos pilares fundamentais e uma das prioridades da ação do Município, voltou-se a propor um pacote de medidas de apoio às famílias e às empresas, por via da manutenção das taxas mínimas de impostos municipais.

Mantendo a taxa mínima de 0,30% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para prédios urbanos a pagar por habitantes do concelho e as reduções de 20, 40 e 70 euros para famílias com um, dois, três ou mais filhos, respetivamente.

Manteve-se de igual modo, a derrama sobre o lucro das empresas nos 0% com volume de negócios do ano anterior que não tenha ultrapassado os 150.000,00€, assim como a redução de 0,5% no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) relativo ao ano de 2020.

Este Executivo poderia ir mais longe na diminuição dos impostos?

Decerto poderia, mas não teria a mesma capacidade de realizar obra e apoiar os munícipes da mesma forma essencialmente para:

Continuar a promover a oferta e qualidade de serviços públicos, agindo por forma a criar melhores condições para fixação da população no concelho;

Modernizando e capacitando o quadro de gestão municipal, promovendo a transparência, a qualidade dos serviços prestados e a proximidade com os munícipes, numa ótica do aproveitamento racionalizado dos recursos disponíveis;

Favorecer o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer, apoiando as iniciativas promovidas pela rede associativa existente no concelho e dinamizando atividades que contribuam para o enriquecimento pessoal e social, para a ocupação dos tempos livres e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes;

Garantir a mobilidade da população dentro do concelho, através da rede de transportes a pedido.

Assegurar o apoio logístico necessário para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

Apoiar os empresários, incentivando e ajudando no apoio ao investimento, através dos protocolos e regulamentos existentes.

Apostar no ciclo de eventos temáticos do concelho, gerando a criação de riqueza, a promoção e o escoamento de produtos locais e, consequentemente, a dinamização da economia.

Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia, sempre em colaboração com a comunidade educativa, agindo por forma a assegurar a frequência e o sucesso escolar dos alunos

Garantir o transporte escolar de todos os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino existentes no concelho;

Assegurar a organização das Atividades de Tempos Livres e da Componente de Apoio à Família das crianças do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;

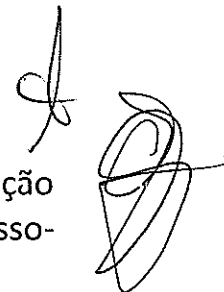
Incentivar a frequência no Ensino Superior, nomeadamente no ensino superior, através da atribuição de bolsas de estudo e de prémios aos melhores alunos;

Contribuir para a formação de jovens, através do acolhimento de estágios curriculares em diferentes serviços da Câmara Municipal, bem como por via de outras ações;

Por último e não menos importante, promover a participação informada, ativa e construtiva dos munícipes no processo de governação local, fomentando uma sociedade civil dinâmica e coesa.

Assim gostaríamos de ver implementado ainda neste mandato e nos próximos Planos o **Orçamento Participativo**, de forma a incentivar o envolvimento cívico da comunidade na gestão Municipal e estimular a comunica-

ção e a ligação entre Municípios e Órgãos Municipais, visando a adequação das políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida.



Na vertente deliberativa, a população pode assim apresentar e priorizar, através de votação, propostas de investimento para integrar no Plano de Atividades e Orçamento Municipal, com uma verba de despesa a estipular pelo executivo, ao nível do investimento, que incida no processo de Orçamento Participativo em que os municípios são convidados a participar na sua gestão, à semelhança do que já existe noutros Municípios.

Obrigado

Pela Bancada do PSD

Eduardo Patrício - Cernache do Bonjardim

Ex.^{ma} Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Serra

Ex.^{ma} Sra Secretária e Ex.^{mo} Sr Secretário da Assembleia Municipal

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal da Serra

Ex.^{mas} Sras e Srs Deputadas/os Municipais

Ex.^{mas} Sras e Srs Vereadoras/es Municipais

Ex.^{ma} Sra Técnica Assistente

Ex.^{ma} Comunicação Social

Ex.^{mos} Radiouvultes da Cudestável e Ex.^{mo} Público Presente

A todos os meus cumprimentos

Ex.^{mas} Senhores Presidentes

Ex.^{mas} Senhoras e Senhores

O ano de 2019 - todos o sabemos - está a terminar, e é com muita tristeza e desolação que a juventude de Cernache do Bonjardim verifica que o anelamento sintético, do campo de treinos de futebol anexo ao Estádio Nuno Álvares Pereira, ainda não está pronto.

A época futebolística, já vai a meio e os jovens interrogam:

Quando vai terminar? Só a Câmara Municipal, o poderá dizer.

Já há vários anos, o plano orçamental da Câmara, se refere às obras de requalificação do edifício do Mercado Municipal, mas continua serenamente no engessamento e a deteriorar-se, e com várias obras lucradas, não se alugam, por que o edifício vai entrar em obras. Há quanto anos!!!

Turismo Religioso. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, afirmou que iria continuar a dar atenção ^{anexo} às romarias do concelho, referindo-se à da Senhora dos Remédios; Senhora da Confiança e à de São Nuno de Santa Maria e por vários motivos. Agradeço sinceramente. Só estranho que não se fale, da mais antiga romaria do concelho, que se realiza na Serra de Santa Maria Madalena e São Macário, donde se desfruta ^{num} das mais fantásticas panoramas, e tem lugar na quinta-feira da Ascensão e fim de semana seguinte?

O grande apuro e que urge, seria a construção de sanitários para que os peregrinos e visitantes não sofram momentos de aflição e tenham que recorrer à solução dos peruleiros das imediações.

Com Caldeiras, na reataguarda da Capela e uma cisterna de água

828

capacidade, resolveria a questao da agua, que tambem serviria aos vigilantes que ali permanecem durante a época dos incêndios, e aos Bombeiros que já por varias vezes ali são chamados, devido ao fogo que assola de Serra.

Sei que uma sugestão, uma ideia ou um reparo não são bem aceites, por quem governa, ainda que dirige, porque ele tem de alguém, que não tem que não está dentro duma estrutura politica e não tem qual quer peso na sociedade civil, por isso, ignora-se, mas, nós simples cidadãos, custa-nos ver e aceitar a substituição de pequenas obras que estavam bem feitas e que deviam continuar por outros de menor qualidade, banalizando-as - refiro-me à tipografia de Cernache do Bonfandim, e a mais algumas questões, ainda não resolvidas.

O ano de 2020 aproxima-se e gostaria que fosse de esperança. A todos desejo um Santo Natal e um Novo Ano Repleto de tudo de bom, com muita saúde, prosperidade, paz e extensões às vossas famílias, e a todos os políticos boas realizações em prol do povo que vos elegem.

Tenho Dito

Edvard Sáenz
Sexta - Cernache do Bonfandim, 25 Novembro de 2019